

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA – UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PPGADM-UNIALFA

ZEIR ASCARI

OS DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO MICROCRÉDITO POR MEIO DO
COOPERATIVISMO EM ARENÓPOLIS GO

Goiânia
2022

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PPGADM-UNIALFA

ZEIR ASCARI

**OS DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO MICROCRÉDITO POR MEIO DO
COOPERATIVISMO EM ARENÓPOLIS GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro Universitário Alves Faria, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Bontempo.

Goiânia
2022

Folha de aprovação (*Obrigatória – Informações do Aluno*)

(Elaborada pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da UNIALFA)

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PPGADM-UNIALFA

ZEIR ASCARI

OS DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO MICROCRÉDITO POR MEIO DO
COOPERATIVISMO EM ARENÓPOLIS GO

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof. Dr. Paulo César Bontempo - UNIALFA (Orientador)

.....
Profa. Dra. Patrícia Kinast de Camillis - UNIALFA (Membro Interno)

.....
Prof. Dr. Bento Alves da Costa Filho - (Membro externo)

Goiânia –GO
PPGADM-UNIALFA
2022

À

Minha família que suportou a minha
ausência e me incentivou durante todo o
processo

“O aprendizado é o significado mais límpido da vida, pois, jamais se termina uma existência sem que se aprenda algo”

Autor desconhecido

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral identificar os desafios enfrentados pela Sicredi Cerrado para a implantação do Microcrédito através do Cooperativismo no município goiano de Arenópolis. Para tanto, foi realizada pesquisa aplicada, descritiva, de natureza qualitativa que teve os dados analisados por meio da análise de conteúdo logo após a realização das entrevistas com os 10 respondentes, sendo 4 colaboradores da agência de Arenópolis e 6 associados. Quanto ao eixo teórico, foram realizadas discussões à luz dos diversos autores da área sobre a história e evolução do Microcrédito através do Cooperativismo, bem como a sua adoção como propulsor do desenvolvimento local. Foi possível evidenciar com a respectiva pesquisa que dentre os desafios enfrentados pela Sicredi Cerrado para implantação do Microcrédito através do Cooperativismo, destacam-se a falta de conhecimento por parte da população sobre o que ele é e quais os seus objetivos, além da restrição e a ausência de comprovação de renda, que impedem o acesso ao crédito. O fato de a pesquisa ter sido realizada via tecnologia tornou-se um limitador devido à dificuldade de acesso por parte dos respondentes, mas isso não comprometeu os resultados. Sugere-se, portanto, para o futuro que sejam realizadas pesquisas em outros municípios que tenham agência Sicredi Cerrado para a obtenção de uma análise comparativa entre elas no que tange aos desafios para a implantação do Microcrédito, além de mais estudos e discussões no âmbito da academia para que este tema relevante e atual ganhe força e continue tendo aplicabilidade.

Palavras-chave: Cooperativismo. Microcrédito. Desenvolvimento local.

Abstract

This work has the general objective of identifying the challenges faced by Sicredi Cerrado for the implementation of Microcredit through Cooperativism in the municipality of Arenópolis in Goiás. right after conducting the interviews with the 10 respondents, 4 of whom are employees of the Arenópolis branch and 6 associates. As for the theoretical axis, discussions were carried out in the light of the various authors of the area on the history and evolution of Microcredit through Cooperativism, as well as its adoption as a propeller of local development. It was possible to show with the respective research that among the challenges faced by Sicredi Cerrado for the implantation of Microcredit through Cooperativism, the lack of knowledge on the part of the population about what it is and what its objectives are, in addition to the restriction and the absence of proof of income, which prevent access to credit. The fact that the survey was carried out via technology became a limiting factor due to the difficulty of access by the respondents, but this did not compromise the results. It is therefore suggested, for the future, that research be carried out in other municipalities that have a Sicredi Cerrado agency to obtain a comparative analysis between them regarding the challenges for the implementation of Microcredit, in addition to further studies and discussions within the scope of the academy so that this relevant and current topic gains strength and continues to have applicability.

Keywords: Cooperativism. Microcredit. Local development.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Principais diferenças entre os bancos tradicionais e as cooperativas de crédito	16
Quadro 2 - A cronologia do Microcrédito no Mundo.....	26
Quadro 3 - Cronologia do Microcrédito no Brasil (continua)	28
Quadro 4 - Você é colaborador da agência ou associado?.....	36
Quadro 5 - O que o cooperativismo de crédito representa para a população de Arenópolis?	37
Quadro 6 - Quais os principais critérios para que a população de Arenópolis tenha acesso ao cooperativismo de crédito?.....	38
Quadro 7 - Quais os ganhos do município de Arenópolis com a implantação do microcrédito pelo Sicredi Cerrado?.....	39
Quadro 8 - Qual é a principal atividade econômica do município de Arenópolis?	40
Quadro 9 - Quais os principais hábitos e costumes da população Arenopolina?	40
Quadro 10 - Que motivos levariam o público de Arenópolis a optar pelo cooperativismo de crédito e não pelos bancos tradicionais?	41
Quadro 11 - Em Arenópolis existe outra Instituição Financeira além do Sicredi Cerrado?.....	43
Quadro 12 - O cidadão Arenopolino utiliza serviços bancários? Se sim, quais os principais serviços procurados por ele?.....	43
Quadro 13 - Quais os principais entraves para a implantação do Microcrédito através do cooperativismo no município de Arenópolis?	44

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa de municípios atendidos apenas por Cooperativas e Posto Avançado de Atendimento (PAA).....	21
Figura 2 - Municípios que são totalmente desassistidos ou que têm acesso a atendimento em municípios limítrofes.....	21
Figura 3 - Localização de Arenópolis no mapa do Estado de Goiás.....	33

Sumário

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Problema da Pesquisa	12
1.2 Objetivos de Estudo	13
1.2.1 <i>Objetivo geral</i>	13
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	13
1.3 Relevância e Motivação para o Estudo	13
1.4 Estruturação do Texto	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 O Cooperativismo	15
2.1.1 <i>Princípios e Valores do Cooperativismo</i>	17
2.1.2 <i>O cooperativismo como fomentador do microcrédito no Brasil</i>	18
2.1.3 <i>Aspectos normativos do cooperativismo de crédito no Brasil</i>	22
2.2 A história do crédito	24
2.3 O surgimento e evolução do Microcrédito no Mundo	24
2.4 A evolução do Microcrédito no Brasil	27
2.4.1 <i>O microcrédito como um fator de desenvolvimento local</i>	29
2.4.2 <i>Os principais entraves para a implantação do microcrédito em pequenos municípios</i>	30
3 CONTEXTO DA PESQUISA	32
4 MÉTODO	34
5 ANÁLISE DOS DADOS	36
5.1 Contexto dos ganhos do município com a implantação do microcrédito através do cooperativismo	37
5.2 Contexto das motivações para a busca do microcrédito através do cooperativismo	40
5.3 Contexto dos entraves para implementação do Microcrédito através do Cooperativismo	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE 1	55

1 INTRODUÇÃO

Os obstáculos enfrentados pelos mais pobres em busca do acesso ao crédito tem reforçado a desigualdade de renda e se mostrado um entrave para o rápido desenvolvimento da economia. Em termos gerais, o que se percebe é uma estagnação social, onde os menos favorecidos possuem o desenvolvimento econômico e social limitados, uma vez que a renda é suficiente apenas para atender as necessidades básicas, como alimentação, moradia e saúde. (PEROTTI, 1992; ALESINA; RODRIK, 1994; PERSON; TABELLINI, 1994). Dessa forma, ao buscar acesso ao crédito estas pessoas se veem cerceadas, pois se deparam com taxas altas e excesso de burocracia nos bancos tradicionais, uma vez que estes consideram que os menos favorecidos não possuem indicadores econômicos confiáveis e, principalmente garantias para honrar com os compromissos realizados.

Considerando os dados do SEBRAE (2020), a renda familiar dos microempreendedores é de cerca de 4 salários-mínimos, o que visivelmente dificulta a concessão de empréstimos. A partir desse contexto o microcrédito surge como função social e econômica extra, ultrapassando as fronteiras do simples interesse privado. Nesta perspectiva o Banco Mundial e vários países em desenvolvimento vem impulsionando essa modalidade de crédito como política para o desenvolvimento dos menos favorecidos.

No ano de 2005 o governo brasileiro publicou a Lei nº 11.110/2005 e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado-PNMPO, que se traduz em uma liberação de empréstimo de pequeno valor com lei, prazos, limites e taxas de juros menores (MAGDALON; FUNCHAL, 2016).

O microcrédito, no entanto, pode ser entendido como uma ferramenta responsável pela redução da desigualdade social, além do estímulo ao Empreendedorismo. Através dele é possível impulsionar o desenvolvimento social e econômico do município, principalmente, devido à contribuição para o avanço da tecnologia (BASTOS; PIMENTA; CUNHA, 2016).

Compreende-se que o microcrédito é elementar como auxílio ao desenvolvimento de diversas famílias, estimulando a redução da informalidade, desigualdade social e aumento do emprego formal (YUNNUS; JOLIS, 2004). Esta modalidade potencializa o cooperativismo financeiro, atuando como uma solução para pessoas físicas ou jurídicas em busca do desenvolvimento.

O panorama geral do microcrédito divulgado pelo Banco Central do Brasil em 2015, mostrou que 40% dos tomadores investigados eram pessoas físicas e ganhavam até um salário-

mínimo, e em média 80% eram pessoas com renda de até três salários mínimos. Isso reforça a ideia de que o público atendido é realmente o desejado pelo programa (BRASIL, 2015).

O Cooperativismo é um fomentador do microcrédito. Ele é formado por um grupo ou associação de pessoas que atuam de maneira voluntária, em prol de um mundo equilibrado, onde as oportunidades são acessíveis a todos. Esse trabalho acontece de maneira ágil e prática (SEBRAE, 2018).

Dito isto, compreende-se que o cooperativismo vai além da concessão do microcrédito. Atua como um orientador, minimizando as chances de fracasso e estimulando o senso de cooperação (ORDANINI *et al.*, 2011; SANTOS, 2009).

Com interesses que divergem dos bancos tradicionais, as cooperativas não buscam fins lucrativos e os associados atuam como seus donos. Isso justifica menores taxas de juros e mais facilidade de acesso aos produtos e serviços oferecidos. Além disso, as assembleias realizadas regularmente têm como finalidade apresentar aos associados os lucros obtidos, momento em que os mesmos decidem juntos o seu destino. Na maioria das vezes são distribuídos aos associados na proporção da movimentação de suas contas capitais, valorizando os mais fidelizados.

Nesse sentido, o Sicredi Cerrado-Cooperativa de Crédito atuante no Estado de Goiás em fase de expansão tem implantado e implementado diversas estratégias em suas agências como forma de atender as necessidades de seu público-alvo. A presente pesquisa terá como foco a agência de Arenópolis que ainda não oferece o serviço de microcrédito.

1.1 Problema da Pesquisa

Atualmente o Cooperativismo se faz presente no estado de Goiás, tanto na Capital quanto no interior. Porém, tem buscado atuar de forma predominante em cidades com a população relativamente baixa, considerando que estas possuem em sua maioria o desenvolvimento econômico atrelado à produção local. Assim percebe-se que o Microcrédito é uma solução para o desenvolvimento da região (FUZINATTO *et al.*, 2019).

Para Pereira e Souza (2017), são muitas as conquistas alcançadas através da concessão de microcrédito ultimamente. A ajuda que o Cooperativismo promove tanto para empreendedores formais quanto para informais faz com que o microcrédito se torne referência como instrumento de financiamento para esta classe. Com isso, além de reduzir a vulnerabilidade econômica e social, estimula o planejamento de ações futuras relacionadas a criação ou manutenção de negócios e geração de renda.

Em Goiás o Cooperativismo tem se expandido e feito a diferença na vida de diversas famílias que encontraram no microcrédito a oportunidade de desenvolvimento. Porém alguns municípios ainda não foram beneficiados com este programa, dentre eles, Arenópolis que será o objeto do presente estudo.

A partir da contextualização acima, a presente pesquisa tem como foco responder a seguinte pergunta:

Quais os desafios enfrentados pelo Sicredi Cerrado para a implantação do Microcrédito através do Cooperativismo no município goiano de Arenópolis?

1.2 Objetivos de Estudo

1.2.1 Objetivo geral

Identificar os desafios enfrentados pelo Sicredi Cerrado para a implantação do Microcrédito através do Cooperativismo no município goiano de Arenópolis.

1.2.2 Objetivos específicos

- Avaliar os possíveis ganhos do município de Arenópolis com a implantação do microcrédito através do cooperativismo;
- Verificar os motivos que levariam a população de Arenópolis a recorrer ao microcrédito através do cooperativismo;
- Levantar os principais entraves para implantação do microcrédito através do cooperativismo no município de Arenópolis

1.3 Relevância e Motivação para o Estudo

O microcrédito através do Cooperativismo surgiu como uma saída para as famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social. Existem indícios de que os seus efeitos sejam responsáveis pela superação da pobreza e segregação social, ocasionados tanto pela insuficiência da renda quanto pela limitação das capacidades.

Para Buarque (2008), o microcrédito impulsiona a economia através do desenvolvimento local. Esse processo contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos moradores de pequenos municípios.

Uma boa parte dos interessados pelo microcrédito são empreendedores que atuam na informalidade e sem garantias a oferecer ao sistema financeiro tradicional que possui natureza exacerbadamente burocratizada. A partir deste contexto as Cooperativas surgem como uma solução para o desenvolvimento destas pessoas (MOTA; SANTANA, 2011).

Segundo Neri e Medrado (2010), o acesso ao crédito viabiliza a conquista de oportunidades e promove o surgimento de negócios produtivos. Isso contribui para a solidificação do desenvolvimento social e econômico abrangente.

Este trabalho se justifica, pois, as reflexões apresentadas à luz dos diversos autores da área promoverão uma compreensão do panorama geral do cooperativismo como um fomentador do microcrédito, bem como, a sua contribuição para o desenvolvimento dos municípios e combate à exclusão social e econômica. Além disso, a pesquisa qualitativa contribuirá para que a pergunta problema seja respondida e o objetivo geral atingido.

1.4 Estruturação do Texto

Esta pesquisa está organizada da seguinte forma. Seguindo-se a esta Introdução, o capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica sobre os temas relacionados ao acesso ao microcrédito por meio do cooperativismo; em seguida, o capítulo 3 trata do contexto da pesquisa, seguido pelo 4 que trata do método da pesquisa a ser realizada. Ao final, são apresentados o cronograma e os resultados esperados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Cooperativismo

O surgimento do cooperativismo se deu no século XIX, mais precisamente no ano de 1844, na Inglaterra como uma alternativa aos diversos problemas enfrentados em decorrência da Revolução Industrial, como desemprego e a crise econômica daquele momento. Seu objetivo era aumentar o montante financeiro através da junção do capital dos trabalhadores para realização de compras coletivas (PINHO, 1984).

Pinheiro (2008), afirma que as primeiras cooperativas se limitavam apenas ao oferecimento de crédito rural, sendo que a primeira cooperativa de crédito urbana teria sido fundada em 1856 em Delitzch, na Alemanha, por Herman Schulze.

As cooperativas de crédito possuem características diferente dos bancos tradicionais, uma vez que sua natureza traz um forte caráter social. Elas correspondem a instituições financeiras atuantes a partir de um enfoque cooperativista, com objetivo de prestar serviços financeiros aos associados, tais como: concessão de crédito, captação de depósitos, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, recebimento e pagamentos (GLASS *et al.*, 2010; WHEELLOCK; WILSON, 2013).

O quadro 1 mostra as principais diferenças entre os bancos tradicionais e as cooperativas de crédito.

Quadro 1 - Principais diferenças entre os bancos tradicionais e as cooperativas de crédito

Bancos	Cooperativas de Crédito
São sociedades de capital	São sociedades de pessoas
O poder é exercido na proporção do número de ações	O voto tem peso igual para todos (uma pessoa, um voto)
As deliberações são concentradas	As decisões são partilhadas entre muitos
Os administradores são terceiros (homens do mercado)	Os administradores-líderes são do meio (associados)
O usuário das operações é mero cliente	O usuário é o próprio dono (cooperado)
O usuário não exerce qualquer influência na definição dos produtos e de sua precificação	Toda a política operacional é decidida pelos próprios usuários/donos (associados)
Podem tratar distintamente cada usuário	Não podem distinguir: o que vale para um vale para todos (art. 37 da Lei nº 5.764/71)
Preferem o público de maior renda e as maiores corporações	Não discriminam, servindo a todos os públicos
Priorizam os grandes centros (embora não tenham limitação geográfica)	Não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas
A remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro/limite	O preço das operações e dos serviços tem como referência os custos e como parâmetro a necessidade de reinvestimento
Atendem em massa, priorizando, ademais o autosserviço	O relacionamento é personalizado / individual, com o apoio da informática
Não tem vínculo com a comunidade e o público-alvo	Estão comprometidas com as comunidades e os usuários
Avançam pela competição	Desenvolvem-se pela cooperação
Visam ao lucro por excelência	O lucro está fora de seu objeto, seja pela sua natureza, seja por determinação legal (art. 3º da Lei nº 5.764/71)
O resultado é de poucos donos (nada é dividido com os clientes)	O Excedente (sobras) é distribuído entre todos os cooperados, na proporção das operações individuais, reduzindo ainda o preço final pago pelos cooperados e aumentando a remuneração de seus investimentos
No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas	São reguladas pela Lei Cooperativista e por legislação própria (especialmente pela Lei Complementar 130/2009)

Fonte: Adaptado de Meinen e Port (2014).

Schardong (2002) afirma que as cooperativas de créditos agem com a intenção de captar recursos financeiros para impulsionar a economia, administrar e fomentar a poupança e outros serviços bancários. Além de estarem inseridas no Sistema Financeiro Nacional.

Em uma cooperativa, o capital deve ser visto como fator de produção e não de renda financeira, por representar um meio e não o fim (FONSECA; VEIGA, 2001). Isso não traduz a insignificância do fator econômico, pois, uma pessoa ao se associar a um empreendimento econômico, não o faz esperando prejuízos. Embora o lucro não seja o principal fator de uma sociedade cooperativa, ela vislumbra resultados positivos, como instrumento para viabilizar o negócio de seus associados, dentro da economia de mercado (LEMONS; RICCIARDI, 2000). Entretanto, a acumulação não representa o único alicerce de estruturação estratégica de uma cooperativa, mas visa também a capacidade de oferecer os serviços necessários e buscados pelos seus associados (FONSECA; VEIGA, 2001).

Souza (2005) declara que o cooperativismo atua como um instrumento de retenção da poupança local, além de promoção e alocação de recursos a custos mais acessíveis para pequenos negócios.

Pagnussat (2004, p.13) caracteriza as cooperativas de crédito como:

[...] sociedades de pessoas, constituídas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, na forma de ajuda mútua, baseada em valores como igualdade, equidade, solidariedade, democracia e responsabilidade social.

O Instituto de Governança Corporativa (IBGC), apresenta um entendimento das cooperativas como sociedades de pessoas, unidas em prol de um objetivo comum, que permita a melhoria socioeconômica dos cooperados. Esta distribuição dos resultados está relacionada as operações realizadas pelos próprios sócios (IBGC, 2005).

O que se percebe é uma evolução constante do cooperativismo de crédito no mundo todo. De acordo com o relatório da Woccu (2017), atualmente o cooperativismo de crédito está presente em todos os continentes, e, 117 países, com mais de 260 milhões de membros representando uma penetração de 9,09% da população economicamente ativa e idade entre 15 e 65 anos. Esta fonte, porém, embora seja uma das mais completas sobre cooperativismo de crédito, ainda possui dados subestimados, uma vez que nos relatórios disponíveis da entidade não constam dados de países reconhecidos pelo alto desenvolvimento do cooperativismo de crédito, como França e Alemanha, além da Holanda que contém dados significativamente inferiores aos divulgados pela Associação Europeia de Bancos Cooperativos (EACB, 2018).

2.1.1 Princípios e Valores do Cooperativismo

Para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), existem sete princípios que dão direcionamento para as cooperativas enquanto organizações. São chamados os sete princípios do cooperativismo que assumem o papel principal de orientador para a prática dos valores nas cooperativas (OCB, 2015). Esses princípios foram revisados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1937, 1966 e 1995, sendo a última revisão, vigente até os dias atuais em qualquer cooperativa do mundo.

De acordo com a OCB (2015), os princípios são:

1º - Adesão livre e voluntária – As cooperativas são organizações voluntárias. Para ser um participante, a pessoa deve apenas encaixar no perfil, uma vez que ela é de natureza aberta.

Nesse sentido, os membros têm o direito de se tornarem associados ou desassociarem quando quiserem. Isso envolve valores de liberdade e igualdade.

2º - Gestão democrática – As cooperativas correspondem a organizações democráticas, inclusive esta é uma de suas grandes características. Elas são controladas pelos próprios membros, que inclusive participam ativamente na formulação das estratégias e tomadas de decisões, bem como, promovem aos membros igual direito ao voto. Engloba os valores da democracia, da igualdade, da transparência e da responsabilidade.

3º - Participação econômica dos membros – Os membros contribuem igualmente para o capital das cooperativas e o controlam de forma democrática, tornando os valores de responsabilidade e solidariedade realmente efetivos.

4º - Autonomia e independência – As cooperativas possuem caráter autônomos, de ajuda mútua, controlada pelos próprios cooperados. Caso firme acordo com outras organizações, inclusive instituições públicas, devem fazê-lo respeitando as condições que assegurem o controle democrático pelos cooperados e mantenha a autonomia da sociedade.

5º - Educação, formação e informação – As cooperativas oferecem educação e formação aos seus membros, representantes eleitos e colaboradores, para que possam contribuir, eficazmente para o desenvolvimento de suas cooperativas contemplando todos os valores.

6º - Intercooperação – As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão força ao movimento, trabalhando em conjunto, por meio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. Utilizam a prática da solidariedade.

7º - Interesse pela comunidade – As cooperativas trabalham em prol do desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos membros que se associam diretamente ao valor da responsabilidade socioambiental.

Apoiadas nesses princípios, as cooperativas buscam atuar em diferentes mercados, enfatizando ganhos de escala e competitividade. Embora seja relevante a existência da cooperativa, tem se percebido um crescimento cada vez maior de sua concorrência com as demais organizações, sejam multinacionais, de capital fechado ou sociedade limitadas. Isso intensifica a necessidade de um modelo de gestão efetivo. Zylbersztajn (1994) afirma que a dificuldade de gestão é um entrave ao crescimento das estruturas cooperativas.

2.1.2 O cooperativismo como fomentador do microcrédito no Brasil

No Brasil, as ações de cooperação são visíveis desde a época da colonização pelos portugueses, porém o movimento teve início oficial em 1889, com a fundação de uma

cooperativa de consumo agrícola denominada Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (OCB, 2019).

A primeira cooperativa de crédito brasileira foi fundada em 1902, pelo padre Theodor Amstad, intitulada por Caixa de Economia e Empréstimos Amstad. Esta entidade cooperativa, atendia as necessidades financeiras das famílias do município. Atualmente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Serra Gaúcha-Sicredi Pioneira, localizada na cidade de Nova Petrópolis, no estado do Rio Grande do Sul onde continua ativa (OCB, 2019).

Inicialmente tratava-se de uma associação ecumênica, mas que visava, conforme seu estatuto, atingir os agricultores de todas as etnias e línguas existentes naquele ano, no Rio Grande do Sul. “Desde que cheguei ao Brasil, ocupava-me com o plano de, neste belo e rico país, descobrir a modalidade de fundar uma verdadeira ação associativa, que fosse de utilidade comunitária” (AMSTAD, 1981, p. 196).

A partir da iniciativa do Padre Theodor Amstad, surgiu no Brasil a tentativa de regulamentar essas caixas de crédito. Através do decreto do poder Legislativo nº 979 de janeiro de 1903, regulamentado posteriormente pelo decreto nº 6.352/1907, designaria aos sindicatos a criação de caixas rurais de crédito agrícolas e produção de consumo. A partir dessas normas ainda embrionárias sobre a compreensão da atividade cooperativa que se deu com o surgimento de novas cooperativas fundamentadas na doutrina Raifferisen. Na maior parte das vezes instigadas pela atuação missionária de Padre Amstad (OCB 2019).

Outras cooperativas, no entanto, começaram a surgir no país constituídas também sob a doutrina italiana de Luigi Luzzatti. Utilizando da influência da Igreja Católica, foram criados os chamados *crediti popolare* através de cooperativas. Um exemplo é a cooperativa de crédito de Lajeado, fundada em 1906, dando um salto em seu desenvolvimento nas décadas seguintes, por ter forte vinculação com pequenos agricultores e por não exigir capital para admissão do cooperado, como faziam as cooperativas de origem alemã (PINHO, 2004).

Nas cooperativas de crédito, os associados são considerados simultaneamente provedores de financiamento e consumidores de crédito cooperativo e da renda excedente na entidade. Partindo desse princípio compreende a sua dessemelhança em relação aos bancos tradicionais, pois considera-se que o seu objetivo principal não gira em torno da maximização dos lucros e riqueza dos acionistas (DAVIS, 1997; POWER; O’CONNOR; McCARTHY; WARD, 2014).

A cooperativa de crédito busca oferecer serviços bancários de maneira segura, desburocratizada e com menor custo operacional. Assim, o cooperado terá as suas necessidades

atendidas. As taxas são direcionadas para pagamento de despesas e preservação do valor real emprestado, possibilitando a continuidade de empréstimos a custos abaixo da média (HUSCHER, 2017)

Desde 2003 o cooperativismo de crédito tem recebido uma maior atenção, pois, neste ano aconteceu a abertura ao crédito cooperativo através das seguintes resoluções do Banco Central: a de nº 3.106 (25/26), direcionada a inclusão social de pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, via cooperativas de crédito; e a Resolução 3.140 (27/11), que estendeu aos médios e grandes empresários, a mesma oportunidade para a constituição de cooperativas de crédito (PINHO; PALHARES, 2004).

Meinen (2014) afirma que o cooperativismo de crédito possui desafios a serem superados, dentre eles: o envelhecimento do quadro de cooperados, a falta de estímulo e de criatividade para atrair jovens, portfólio de produtos e serviços incompletos ou pouco acionados pelos cooperados e pelas cooperativas, infidelidade operacional dos sócios, baixa escala e resistência às oportunidades de incorporação, baixa colaboração entre os diferentes subsistemas ou redes de cooperativas e deficiência na governança.

Dados obtidos através do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCOOP (2020) comprovam o quanto relevante é a atuação das cooperativas de crédito no âmbito da inclusão econômica e social, de forma especial nas cidades com menos de 10.000 habitantes (FGCOOP, 2020).

A figura 1 destaca 594 municípios atendidos apenas por cooperativas de crédito e/ou postos de atendimento avançado.

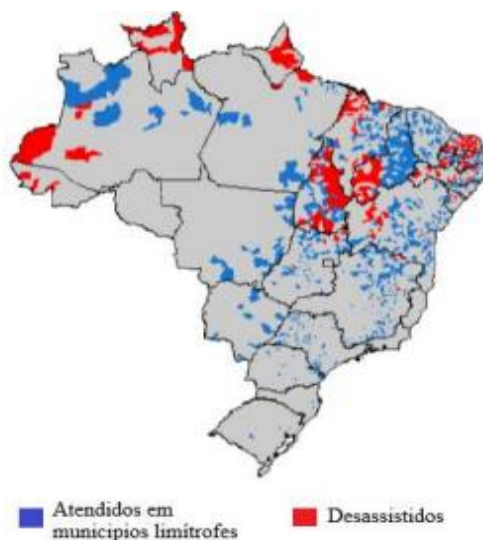
Figura 1 - Mapa de municípios atendidos apenas por Cooperativas e Posto Avançado de Atendimento (PAA)



Fonte: FGCoop (2020).

A figura 2 exibe os municípios que ainda não tem acesso aos serviços financeiros no próprio local.

Figura 2 - Municípios que são totalmente desassistidos ou que têm acesso a atendimento em municípios limítrofes



Fonte: FGCoop (2020).

É importante observar que na figura 2, os municípios destacados em azul não contam com nenhum tipo de atendimento dentro da própria localidade, porém, podem buscá-lo nas

cooperativas de crédito dos municípios vizinhos. Enquanto os municípios destacados em vermelho são totalmente desamparados financeiramente (FGCOOP, 2020).

O panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo do Banco Central do Brasil (2020), informa que 202 municípios brasileiros são atendidos apenas por cooperativas de crédito, todos com população inferior a quinze mil habitantes.

Para Ferreira, Gonçalves e Braga (2007), os serviços oferecidos pelas cooperativas de crédito vão de encontro as necessidades dos cooperados, contemplando taxas mais baratas que as encontradas no mercado, além de menor burocracia. Estas ações promovem a inclusão das pessoas menos favorecidas e dinamiza a atividade produtiva. Martinez-Campillo, Fernandez-Santos e Sierra-Fernandez (2018) destacam ainda que a função social das cooperativas de crédito é beneficiar diretamente os cooperados e indiretamente as autoridades públicas, investidores privados e vários outros agentes que podem se beneficiar da inclusão desta população menos favorecida financeiramente.

2.1.3 Aspectos normativos do cooperativismo de crédito no Brasil

Os aspectos normativos relacionados as cooperativas começaram a ser abordados em 1903, com o decreto do Poder Legislativo nº 979, de janeiro de 1903, que permitia no artigo 10, aos sindicatos a organização como caixas rurais de crédito agrícola e de cooperativas de produção e consumo, de sociedade de seguros, de assistência, dentre outros, mas sem detalhar o assunto.

Em 1907, o Decreto do Poder Legislativo nº 1.637/1907, visava permitir através do artigo 25 que as cooperativas recebessem dinheiro a juros, aberto aos sócios e pessoas externas à entidade.

Em 1932, o Decreto do Poder Legislativo nº 22.239 de 18 de dezembro de 1932 (revogado), já nomeava as cooperativas de crédito como sociedades com objetivo de promover aos associados crédito e moeda, através da mutualidade e da economia, (...) auxiliando e orientando especialmente o pequeno trabalhador em qualquer tipo de atividade manifestada por ele (BRASIL, 1932)

Em 1964, a Lei da Reforma Bancária (Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964) foi criada com a finalidade de equiparar as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras, transferindo ao Banco Central do Brasil (BACEN) a responsabilidade de autorizar o funcionamento e fiscalizar as cooperativas de crédito.

Outro marco importante do cooperativismo brasileiro é a definição da Política Nacional de Cooperativismo e do regime jurídico que colocaria em situação de subordinação as sociedades cooperativas. Este foi firmado pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

A circular do Banco Central do Brasil (BCB) nº3.502, de 2010, no que lhe diz respeito, falava sobre a instrução de processos de pedidos de autorização de funcionamento e outras providências, além de prescrever a política de admissão dos associados. Enquanto a resolução CMN nº 4.434 de 2015, passou a vigorar e a cuidar de aspectos constitucionais, além da autorização para funcionamento, o próprio funcionamento e as alterações estatutárias e de categoria, bem como o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito. (CMN, 2015). Partindo desse princípio, destaca-se aqui a disposição das cooperativas em categorias. Segundo o Bacen elas são classificadas de acordo com as operações realizadas.

Art. 15. A cooperativa de crédito singular, de acordo com as operações praticadas, se classifica nas seguintes categorias:

I - cooperativa de crédito plena: a autorizada a realizar as operações previstas no art. 17;

II - cooperativa de crédito clássica: a autorizada a realizar as operações previstas no art. 17, observadas as restrições contidas no art. 18; e

III - cooperativa de crédito de capital e empréstimo: a autorizada a realizar as operações previstas no art. 17, exceto as previstas em seu inciso I, observadas as restrições contidas no art. 18. (BRASIL, 2015).

Além desses, outros documentos normativos referentes a cooperativas tem surgido nos últimos anos, por exemplo a Resolução CMN nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, abordando a política de conformidade ou compliance; além da Resolução CMN nº 4.659, de 26 de abril de 2018, dispondo sobre requisitos para captação de recursos de Municípios, órgãos ou entidades por elas controladas; Resolução CMN nº 4.677, de 31 de julho de 2018, dispondo sobre limites máximos de exposição por cliente e de exposições controladas; Resolução 39 CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, que trata sobre condições e limites para operações de crédito com partes relacionadas; Resolução CMN nº 4.713 de 28 de março de 2019, que dispõe sobre operações de microcrédito e microcrédito produtivo orientado e o direcionamento de recursos para essas operações; Resolução CMN nº 4.716, de 25 de abril de 2019, que estabelece regras de autorização para que as cooperativas de crédito captem poupança rural, além da aplicação e encaixe obrigatório destes créditos.

2.2 A história do crédito

Para Rizzardo (2008), o crédito pode ser compreendido como qualquer operação monetária através da qual se obtém uma prestação presente contra a promessa de uma prestação futura. Dando sequência, ele diz:

Marca o crédito, por conseguinte, a existência de um intervalo de tempo entre uma prestação e uma contraprestação correspondente. É indispensável a confiança da parte que fornece o crédito na solvência do devedor (RIZZARDO, 2008, p. 21).

O crédito, porém, evoluiu ao longo dos tempos, como troca de um ativo líquido (dinheiro) ou liquidável (bem ou direito) por um ativo financeiro (crédito), levando a imaginação dessas transações também envolvendo valores relativamente baixos.

Lutero (1995), afirma que o Império Romano antigo também já realizava práticas envolvendo juros, porém, o valor da cobrança se limitava a 12% ao ano, condenando as práticas que ultrapassem esse limite.

Na idade média, a compreensão de uma cooperação mútua prevalecia desde Aristóteles, que segundo Souza (2006), expressava repugnância pela prática de cobrança de juros. Partindo desse pressuposto, o empréstimo deveria ser feito, uma vez que ficasse determinado que não haveria cobrança de nenhum valor além do que havia sido emprestado.

Para MacDonald e Gastmann (2004), nos séculos XVI e XVII as práticas bancárias tradicionais de aceitação de depósitos, agiotagem, troca de moeda e transferência de fundos se uniram a emissão de dívida bancária, que substituiu o ouro e prata. A nova prática refletiu no crescimento comercial e industrial, pois oferecia um meio de pagamento seguro, conveniente e uma disponibilização financeira que realmente atenderia as necessidades comerciais.

MacDonald e Gastmann (2004) as necessidades crescentes do setor privado e tomadores de empréstimos públicos para indústrias e desenvolvimento de infraestrutura, reivindicavam demandas de financiamento de longo prazo. Estas demandas, evidenciadas por meio da emissão de dívida a prazo e títulos de capital, tornaram-se uma prática estabelecida em países como a Grã-Bretanha e a França.

2.3 O surgimento e evolução do Microcrédito no Mundo

Brasil (2018), diz que a Europa foi pioneira em ideias e iniciativas referentes a Microcrédito do século XVIII ao século XIX. Uma delas aconteceu quando Jonathan Swift

(1667-1745), dirigente de um pequeno fundo financeiro Irlandês, realizava empréstimos pequenos para Indústrias ainda em desenvolvimento sem cobrança de juros e com pagamentos realizados semanalmente.

Compreende-se por microcrédito um estímulo ao crescimento, a conquista da autoestima e da autossustentação econômica. É reconhecido mundialmente como um fomentador de inclusão social e econômica para os mais necessitados refletindo também em mudanças no contexto em que é utilizado (SEBRAE, 2019).

Para Oliveira (2019), o microcrédito corresponde a política de concessão de pequenos créditos a pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento no seio familiar e consequentemente na localidade onde está sendo aplicado. Nesse contexto é importante ressaltar que o microcrédito é destinado a aquelas pessoas em situação de segregação social e econômica, inclusive existem regras gerais impostas pelo sistema financeiro que estabelecem os critérios para o empréstimo.

Mourão (2019), afirma que o microcrédito corresponde a uma concessão de crédito destinado a pessoas que não teriam acesso a ele através dos bancos tradicionais. A falta de acesso ao crédito expõe o indivíduo a “armadilhas da pobreza”. Isso acontece quando o ciclo da pobreza se torna contínuo e ele incapaz de se libertar sem ajuda externa.

O quadro 2 apresenta a cronologia do Microcrédito no Mundo

Quadro 2 - A cronologia do Microcrédito no Mundo

	Anos	Eventos
Antes de 1960	Séc.XVIII-XIX	- Primeiras iniciativas e ideias de microcrédito, e também o primeiro conceito de aval solidário;
	1846 a 1900	- Base do cooperativismo de crédito não classista, voltado para o setor produtivo, com integração do estado e preocupação com a orientação e assistência, e ainda a formação de poupança;
	1946	- Constituição do Banco Mundial;
	1956	- Constituição do braço financeiro International Finance Corporation- IFC, do Banco Mundial;
	1958	- Constituição do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, instituição financeira da Organização dos Estados Americanos- OEA, de apoio aos projetos de combate à pobreza na América Latina.
Após 1960	1961	- Criação da Accion International, primeira ONG internacional precursora das primeiras iniciativas independentes do microcrédito no mundo;
	1974	- Experiências inovadoras do microcrédito na Ásia (Muhammad Yunus), culminando com a criação do Banco Grameen;
	Anos 80	- Fortalecimento de uma rede integrada informal de atores do Microcrédito, basicamente do terceiro setor;
	1990	- Formação da Cúpula Global do Microcrédito, liderada pelo Banco Mundial e composta pelo Consultative Group to Assist the PoorCGAP e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD;
	Anos 90	- Iniciativas de bancos governamentais pelo mundo, decisivos para a implementação de políticas públicas nacionais de desenvolvimento, principalmente no incremento de fundos para fomentar os negócios com microcrédito;
		- Proclamação do ano de 2005 como o Ano Internacional do Microcrédito pela Assembleia Geral das Nações Unidas
	2004	- Reunião do G8 em Paris ratificando o apoio do microcrédito e reconhecendo como ferramenta poderosa para ajudar a alcançar os objetivos da Declaração do Milênio da ONU.
	2005	

Fonte: Adaptado por Santos (2010).

Através dos quadros 3 e 4, observa-se que a política do microcrédito se consolidou no século XX, porém suas origens se deram no século XVIII. Compreende-se também que algumas iniciativas de microcrédito aconteceram posteriormente em outras partes da Europa e também nos Estados Unidos, embora tenham se consolidado como ações isoladas e descontínuas. O modelo do microcrédito atual é amparado por duas iniciativas acontecidas simultaneamente na América Latina e Sul da Ásia, de forma específica em Bangladesh-Índia. Na América Latina,

um exemplo é a Accion International, empresa sem fins lucrativos, atuante desde 1961. Já em Bangladesh, a ação aconteceu sob a coordenação do professor Muhammad Yunus que em 1976 iniciou o processo de oferecimento de empréstimo a uma parte da população que trabalhava informalmente no país, lugar onde um terço das pessoas, na época, viviam com menos de US\$ 1 (um dólar) por dia. Este era um dos países com maior população do mundo e ao mesmo tempo um dos mais pobres (YUNUS, 2004).

Essas pessoas não eram pobres por estupidez ou por preguiça. Elas trabalhavam o dia inteiro, realizando tarefas físicas muito complexas. Eram pobres porque as estruturas financeiras de nosso país não tinham a disposição de ajudá-las a melhorar sua sorte. Era um problema estrutural, e não um problema individual”. (YUNUS, 2004, p. 24).

Yunus atribuía ao país a responsabilidade pela situação de segregação econômica e social vivida por aquelas pessoas, que apesar de trabalharem diariamente para garantir o sustento da família, eram vítimas de um sistema financeiro que não estimulava o progresso dos menos favorecidos.

2.4 A evolução do Microcrédito no Brasil

No Brasil, embora algumas instituições já desenvolvessem atividades relacionadas a microcrédito, seu início formal aconteceu em 1973 com a criação da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), com o apoio da Accion. Sendo uma das pioneiras no segmento de microcrédito na América Latina (FACHINI, 2005). Recursos adquiridos vinham principalmente de doações internacionais e, posteriormente de outras linhas de crédito, além do oferecimento de cursos para capacitação gerencial. Porém, foi dissolvido após 18 anos de atuação (TOMELIN, 2003).

O quadro 3 apresenta a cronologia da implementação do microcrédito no Brasil.

Quadro 3 - Cronologia do Microcrédito no Brasil (continua)

Ano	Eventos
1972	A Accion International inaugura o microcrédito no Brasil a partir de uma ONG, estimulando outras iniciativas e experiências semelhantes.
1986	Programa Promicro (DF) inaugura a articulação do microcrédito em rede e em 27 parceria com uma instituição financeira do governo nacional com um gestor de governo local.
1987	Criação do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos - CEAPE, ajudando a ratificar o sucesso do microcrédito sob uma iniciativa independente e brasileira do terceiro setor no Brasil.
1988	A Constituição de 1988 avança na ordem social fundada no trabalho (art.193) e no combate à exclusão social.
1990	A criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) regulamenta um importante fundo social que mais tarde veio a fomentar o microcrédito.
1994	A criação do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER (MTE) representa uma primeira iniciativa específica do governo federal de estímulo ao crédito para pequenos negócios.
1995	Com a implantação do Projeto PORTOSOL (RS), entra em cena pela primeira vez o BNDES e Sebrae no apoio financeiro e técnico em parceria com governos locais.
1996	Cria-se o Programa do Crédito Produtivo Popular- PCPP, o primeiro programa do BNDES de apoio a projetos de microcrédito para o terceiro setor e de outras instituições.
1998	Criação do programa Crediamigo, do Banco do Nordeste, que inaugura a prática do microcrédito no modelo produtivo e orientado no Brasil, seguindo o “modelo Yunus”, do Banco Grameen
1999	A Lei 9.790 (Lei das OSCIP) inclui o microcrédito como uma de suas finalidades, facilitando o acesso aos recursos públicos por meio de parcerias.
1999	9 Cria-se as Sociedades de Crédito aos Microempreendedores- SCM (MP 1894), personalidade jurídica específica para a disseminação do microcrédito.
Anos 2000	Os Bancos do Povo de microcrédito promovem e fortalecem políticas públicas locais de microcrédito (estados e municípios).
2001	Medida provisória 2.172-32 exclui as Oscips de vinculação à Lei da Usura.
2003	Resolução 3.106 permite a formação de cooperativas de crédito de livre associação.
2003	Novo Código Civil aprimora as Oscips em questões delicadas, como da necessidade de maior transparência (art.53, por exemplo).
2003	Criação do Grupo de Trabalho Interministerial-GTI, do Ministério da Fazenda, para discutir os destinos do microcrédito no Brasil, com mais 11 representantes de diversas entidades financeiras,

Continuação

	associações e outras comprometidas com o segmento. 2005
2005	Criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado- PNMPO (lei 11.110) e do Programa de Microcrédito-PMC do BNDES, ambos seguindo o modelo de prospecção do Credamigo.
2011	Cria-se o Programa Crescer, no âmbito do PNMPO, com a finalidade de ampliar o acesso de empreendedores formais ou informais (com faturamento de até R\$120 mil/ano) ao microcrédito por meio dos bancos públicos federais.
2018	Alterações na Lei n° 11.110 do PNMPO para facilitar a concessão de microcrédito.
2020	Criação da lei nº13.999/2020 e do programa de microcrédito PRONAMPE.

Fonte: Adaptado de Santos (2010).

2.4.1 O microcrédito como um fator de desenvolvimento local

Schumpeter (1997b), em 1911 afirmou que crescimento da economia e processo de desenvolvimento eram coisas distintas. Esta conclusão se deu devido ao crescimento da população e da riqueza. Para ele, o cerne do desenvolvimento estava relacionado as inovações, que definiam como seriam as novas formas de combinar os recursos já disponíveis na sociedade.

Para Sen (2000), o desenvolvimento está relacionado a ampliação da liberdade real das pessoas. Esta ampliação é simultaneamente o principal fim e o principal meio do desenvolvimento, sendo adquirida a partir da eliminação ou minimização das privações de liberdade que suprimem os desejos e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente de mudança.

Ainda segundo Sen (2000), embora o crescimento das rendas individuais seja considerado um importante meio, a organização social e econômica, além dos direitos civis, são fundamentais para a liberdade. Para Sen (2000), com o atendimento das necessidades básicas através do oferecimento de oportunidades adequadas, os cidadãos podem efetivamente esculpir o seu destino e ajudar mutuamente, saindo da posição de pessoas passivas e sendo inseridas na posição de pessoas ativas que constroem o próprio caminho.

Para Moura (1998), o termo desenvolvimento local incute a diversidade de práticas e de possibilidades e leva a encontrar respostas para questionamentos relacionados a noção de progresso e como se dá a gestão deste em determinado local.

Nesse sentido, Nunes (2017) afirma que o microcrédito é um importante agente de geração de trabalho e consequentemente de renda, considerando a sua relevância como fomentador da economia, bem como provedor do desenvolvimento local. Através dele, as pessoas ampliam suas chances de progresso e melhoria na qualidade de vida. Partindo desse pressuposto, entende-se que o microcrédito possibilita não apenas a geração de emprego e renda, mas contribui para o crescimento econômico da comunidade como um todo, por meio da viabilização do desenvolvimento local de maneira realmente efetiva (MARQUES, 2016).

Gallichio (2002), o andamento do desenvolvimento local está diretamente ligado ao território onde se insere. O autor segue afirmando que o território vai além do espaço físico, abrange a construção social que faz parte deste espaço. Para ele, local significa algo global. Desse modo, o crescimento ocorre intrinsecamente com a obtenção de recursos extrínsecos. Para que isso aconteça de maneira efetiva, o desafio está em fazer a gestão dos recursos da melhor maneira possível.

2.4.2 Os principais entraves para a implantação do microcrédito em pequenos municípios

Morducha (1999), Roodman e Morduch (2014) fazem uma reflexão sobre o microcrédito a partir da teoria da informação assimétrica e dos custos de transação. Esta abordagem destaca os obstáculos que dificultam o funcionamento de um modelo de mercado perfeito, através do qual o capital fluiria naturalmente rumo aos mais pobres em busca de retornos marginais superiores.

Aghion e Morduch (2010) apresentam três obstáculos que dificultam o direcionamento do capital à população de baixa renda. São eles: a falta de informação, ou seja, não existe um histórico sobre o comportamento financeiro da classe menos favorecida, simplesmente pelo fato de estar excluída do sistema financeiro tradicional. Além disso, a ausência de garantias que poderiam ser utilizadas para atenuar a falta de informação, uma vez que a classe menos favorecida normalmente não possui ativos tradicionais que possam ser oferecidos como garantia e o terceiro obstáculo é o custo de transação. Por se tratar de serviços financeiros para população de baixa renda, os volumes das operações são baixos, encarecendo os custos associados aos serviços.

Segundo Morduch (1999), o microcrédito em grupo e o uso de agentes de crédito é uma alternativa para minimizar os entraves em relação ao acesso ao microcrédito. O primeiro é caracterizado pela formação de um grupo através do qual cada membro recebe um determinado valor e simultaneamente, garante os empréstimos dos demais. Em caso de inadimplência de um

dos membros, os demais são responsáveis pelo pagamento daquela parcela sob pena de não receberem mais crédito. Uma das vantagens do empréstimo em grupo é a maior capacidade lidar com a incompatibilidade das informações e dos elevados custos de transação. Evidências apontam para uma maior possibilidade de se obter e utilizar informações semelhantes às dos credores informais quando se cria um arranjo formal em grupo.

Al-Azzam, Carter e Sudipta (2012) por meio de análises empíricas puderam concluir os efeitos positivos dos arranjos formais em grupo, dentre eles, a redução da inadimplência, uma vez que os grupos permitem a seleção, monitoramento e controle coletivo.

3 CONTEXTO DA PESQUISA

A presente pesquisa terá como foco o município goiano de Arenópolis tendo suas respectivas características apresentadas neste contexto.

A história de Arenópolis possui um personagem fundamental, chamado Albino Borges, que mudou-se para a região em 1956. Logo outros imigrantes também foram atraídos e Albino então deu início a edificação de várias casas, vendendo-as para as pessoas que ali chegavam. Dava-se início então a um pequeno arraial inicialmente chamado de patrimônio do Areia, nome oriundo do ribeirão que banha o local. Tal arraial futuramente receberia o nome de Arenópolis (IBGE, 2010).

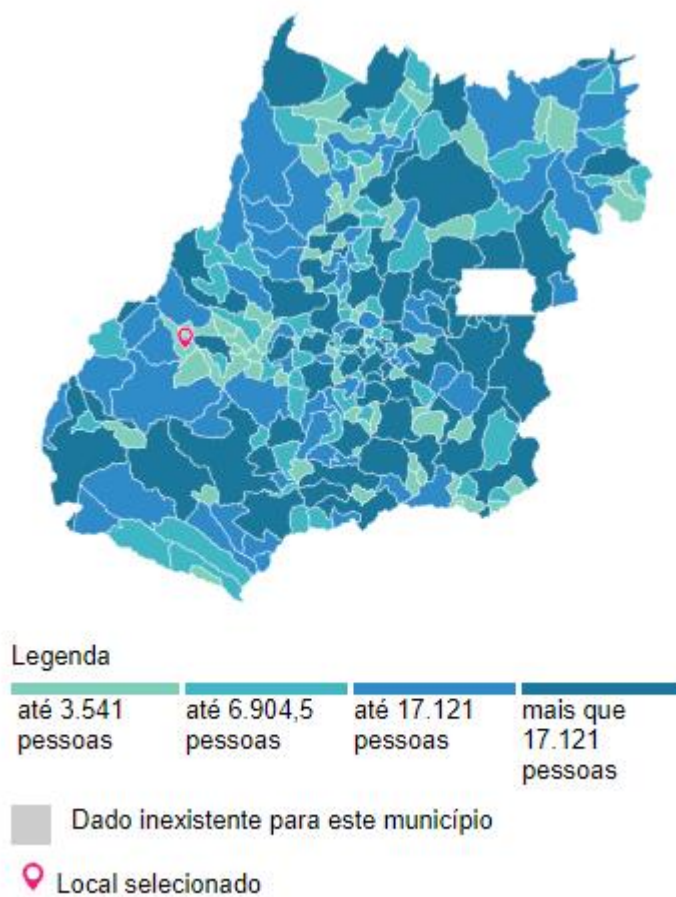
Arenópolis possui os seguintes municípios limítrofes: Piranhas; Iporá; Palestina de Goiás e Diorama.

De acordo com o IBGE (2010) Arenópolis fica a 287,4 km da capital Goiânia e foi criado a partir da Lei Estadual nº 7.474, de 02/12/1972, como distrito do município de Piranhas, sendo elevado à categoria de município em 14/05/1982 pela Lei Estadual nº 9.153.

De acordo com o último censo Arenópolis possuía uma população de 3.277 habitantes, porém a população estimada para 2021 era de 2.462 habitantes. Em 2019 Arenópolis tinha 482 pessoas ocupadas, o equivalente a 18,5% da população com uma média salarial mensal de 1,9 salários mínimos (IBGE, 2010).

Com relação a educação, o município, este possuía em 2020 três escolas de ensino fundamental com 346 alunos matriculados e uma escola do ensino médio com 112 matrículas. O PIB per capita do município em 2018 era de R\$ 52.959,77, com índice de desenvolvimento humano (IDHM-2010) 0.687 (IBGE, 2010).

Figura 3 - Localização de Arenópolis no mapa do Estado de Goiás



Fonte: IBGE (2010).

4 MÉTODO

Segundo Fachim (2017), o pesquisador escolhe o método quando opta por um determinado procedimento que, de maneira minuciosa, narra e detalha o estudo. No presente capítulo são apresentadas as perspectivas metodológicas e os meios adotados para se atingir os objetivos deste estudo, abordando a natureza, finalidade e técnica de pesquisa.

Gonsalves (2005), afirma que a metodologia abrange um conjunto repleto de técnicas que devem ser utilizadas ao coletar os dados empíricos. Partindo deste entendimento, define-se quanto aos objetivos, que a pesquisa será exploratória, de natureza qualitativa, através de entrevista realizada com 10 respondentes, sendo 4 colaboradores da agência de Arenópolis que lidam diariamente com o atendimento ao público e são conhecedores da realidade vivenciada pela população local, além de 6 associados da cooperativa e tomadores de crédito escolhidos de acordo com o perfil, considerando maior capacidade de respostas aos questionamentos inerentes a pesquisa.

Para Gil (2019), uma pesquisa exploratória é adotada quando se pretende modificar, esclarecer ou desenvolver melhor um tema, apresentando hipóteses que poderão ser utilizadas em estudos futuros.

Através da pesquisa foi possível conhecer a realidade daquele local e identificar os desafios enfrentados para a implantação do microcrédito no município de Arenópolis, que foi escolhido por ter apenas a Sicredi como Instituição financeira e pelos avanços percebidos com a sua chegada, uma vez que a população antes precisava se deslocar para fazer as suas transações financeiras até os municípios mais próximos que são Piranhas a 40 km e Iporá a 70 km.

Os métodos qualitativos estão direcionados para as ações investigativas de natureza interpretativa ou crítica, ocupando lugar de destaque entre as muitas possibilidades de estudo do ser humano e suas complexas relações sociais, estabelecidas nos mais diversos ambientes. Isso se dá devido ao fato de envolver a interpretação, através da qual é possível descrever, decodificar e traduzir o conteúdo apresentado e não a frequência de eventos no mundo social (MERRIAM, 1998).

O pesquisador na pesquisa qualitativa é considerado como o principal instrumento na coleta e análise dos dados referentes ao tema investigado. De acordo com Merriam (1998), o investigador da pesquisa qualitativa precisa ser dotado de algumas características fundamentais, como sensibilidade, senso intuitivo e boa comunicação.

Quanto à finalidade, trata-se de pesquisa aplicada, pois conduz a obtenção do conhecimento para que após, a aplicabilidade se possa alcançar a solução para determinado problema. Compreende-se, portanto, que o presente estudo possui finalidade prática, ao contrário da pesquisa de natureza básica, que possui os seus resultados limitados ao âmbito das discussões acadêmicas (VERGARA, 2016).

A pesquisa busca a compreensão das percepções dos respondentes sobre os aspectos relacionados ao presente tema e os motivos que fazem da implementação do microcrédito naquele local algo desafiador (SCHRAMM, 1971).

Os dados obtidos com a pesquisa foram analisados através da técnica de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo é adotada nas áreas de comunicação antes mesmo de se tornar uma das metodologias mais utilizadas pela ciência. A autora segue dizendo que tal análise corresponde a técnicas que sistematicamente leva a uma compreensão dos resultados através do que foi produzido.

Em suma, a pesquisa qualitativa pode ser compreendida como uma expressão genérica, por ter como foco principal a interpretação e descrição dos fatos, assimilando os fenômenos a partir dos significados que as pessoas atribuem a eles, uma vez que envolve atividades investigativas próprias, podendo ser caracterizadas por traços comuns (CRESWELL, 2014)

Para que a entrevista fosse bem-sucedida criou-se um roteiro devidamente organizado com as respectivas perguntas definidas a partir de uma análise de quais informações seriam relevantes para atender ao objetivo traçado. Este roteiro está representado na matriz de amarração e alinhado aos objetivos específicos como demonstra o Anexo I.

5 ANÁLISE DOS DADOS

A fase da análise de dados se torna um momento crucial da pesquisa, uma vez que eles são obtidos por meio da entrevista e transcritos de maneira devidamente ordenada e sistematizada para a obtenção dos resultados esperados, exigindo muita atenção de quem está desenvolvendo a pesquisa (BOGDAN; BIKLEN, 2010).

A entrevista bem-sucedida exige do entrevistador muita criatividade, foco e dedicação, além da sensibilidade que contribuirá significativamente para uma análise bem feita (POLIT; HUNGLER, 2004). A partir desse pressuposto compreende-se a relevância da concentração durante este processo.

Para a presente pesquisa, foram entrevistadas através do Google Meet 10 pessoas, sendo 4 colaboradores da agência de Arenópolis, além de 6 membros da comunidade local, associados da cooperativa e tomadores de crédito.

Por questões éticas, a identidade dos respondentes foi preservada, utilizando-se letras do alfabeto para identificá-los, como demonstra o quadro 4.

Quadro 4 - Você é colaborador da agência ou associado?

Entrevistados	Respostas
A	Colaborador
B	Colaborador
C	Colaborador
D	Colaborador
E	Associado
F	Associado
G	Associado
H	Associado
I	Associado
J	Associado

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

5.1 Contexto dos ganhos do município com a implantação do microcrédito através do cooperativismo

Quadro 5 - O que o cooperativismo de crédito representa para a população de Arenópolis?

Entrevistados	Respostas
A	A cooperativa de crédito é a única instituição financeira no município, promove a inclusão financeira desde o aposentado, servidor público, trabalhador autônomo, produtor rural, empresas e outros.
B	A cooperativa possui um modelo agregador de renda e inserção social.
C	Para o município ela representa crescimento e desenvolvimento, uma vez que dá oportunidade para as pessoas através dos diversos produtos que oferece.
D	Representa o diferencial na comunidade, onde a população pode estar encontrando uma instituição financeira que se importa com os princípios e necessidades dos associados.
E	O cooperativismo mudou a realidade de Arenópolis, impactando positivamente a comunidade, onde o dinheiro que está no município fica aqui mesmo fortalecendo a economia local.
F	Representa evolução de qualidade de vida e melhoria da renda dentro da comunidade.
G	Representa parceria, pois promove o crescimento da população.
H	Hoje é a única Instituição Financeira do município, então significa desenvolvimento para todos nós.
I	Um atendimento personalizado mais humano que faz com que o associado se sinta realmente o que é ser DONO.
J	O cooperativismo para nós significa melhoria e qualidade de vida.

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O quadro 5 apresenta respostas diversas, porém todas levam em consideração o desenvolvimento da população de Arenópolis por meio do Cooperativismo. De acordo com BRASIL (2019) o microcrédito por meio do Cooperativismo atua como uma ferramenta relevante para a promoção e o desenvolvimento do empreendedorismo e da inclusão econômica e social de pessoas de baixa renda. Nesse sentido os respondentes A e B afirmam que o cooperativismo promove a inclusão social e financeira para todas as pessoas, independente de classe social e atividade econômica.

O respondente C fala das oportunidades que o cooperativismo oferece para as pessoas por meio dos diversos produtos que oferece, através das quais o crescimento e o desenvolvimento acontecem.

O respondente D apresenta o atendimento as necessidades do associado de forma efetiva como um diferencial do cooperativismo.

O respondente E destacou que por meio do cooperativismo na cidade de Arenópolis, o dinheiro do município gira ali mesmo, fortalecendo a economia local.

Tanto o respondente F quanto o J falam que o cooperativismo representa qualidade de vida para a população Arenopolina. Já o respondente H disse que até a inserção da Sicredi no município, eles tinham que ir para as cidades vizinhas resolver questões bancárias, porém hoje

foram beneficiados com esta agência, sendo a única Instituição financeira do município e isso significa crescimento.

O respondente I aborda que por meio do atendimento personalizado que a cooperativa oferece, os associados se sentem realmente seus donos.

As respostas vão ao encontro da afirmação de Nunes (2017) quando diz que o microcrédito por meio do cooperativismo comporta-se como um importante agente de geração de trabalho e consequentemente de renda para a população local, considerando a sua relevância como fomentador da economia, bem como provedor do desenvolvimento do município. Através dele, as pessoas ampliam suas oportunidades de progresso e melhoria na qualidade de vida.

Quadro 6 - Quais os principais critérios para que a população de Arenópolis tenha acesso ao cooperativismo de crédito?

Entrevistados	Respostas
A	Associar a cooperativa de crédito! Tornar-se um dos donos do negócio
B	Se associar a cooperativa, através do capital mínimo previsto no nosso estatuto
C	Ser associado e a real necessidade do crédito que será analisado pelo seu consultor financeiro da cooperativa
D	Participação e cooperação
E	Se tornar um associado da Sicredi
F	Para ter acesso é preciso entender o que é o cooperativismo. Para isso, é necessário que os responsáveis mostrem de maneira clara para a população o seu real objetivo.
G	Querer se associar a cooperativa
H	Não ter restrições no nome
I	Não ter restrições no nome e ter vontade de crescer
J	Se tornar um associado da cooperativa

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O quadro 6 apresenta através dos respondentes A, B, C, D, E, G e J que o principal critério para ter acesso ao cooperativismo de crédito é tornar-se um associado. Este é o primeiro passo para acessar os benefícios disponibilizados pela Cooperativa de Crédito. O respondente F destaca que é preciso entender o que é cooperativismo, pois muitas pessoas não buscam por não conhecer. Nesse contexto, é fundamental que os responsáveis por esta apresentação mostrem de maneira clara qual é o seu principal objetivo. Os respondentes H e I dizem que não ter restrições no nome é um critério fundamental.

Para Bassan e Beck (2016) o crédito por si não gera oportunidades para a população, porém ele age como facilitador destas oportunidades ao dar condições para o cidadão adquirir os meios adequados para aproveitá-las. Esta afirmação vai ao encontro da maioria das respostas que afirmam que o principal critério é tornar-se um associado. A partir daí as oportunidades de crédito como um impulsionador econômico vão surgindo.

Para Silveira (2015), os critérios para análise de crédito no Brasil são balizados pela escala rating, uma metodologia adotada para compreender qual é o nível do risco do tomador, bem como a sua capacidade financeira e dados sociodemográficos. Através desta ferramenta a Instituição pode tomar decisões sob condição de maior segurança.

Quadro 7 - Quais os ganhos do município de Arenópolis com a implantação do microcrédito pelo Sicredi Cerrado?

Entrevistados	Respostas
A	Melhoria na renda de seus associados, proporcionando a realização de seus objetivos/sonhos, dessa forma valorizando e potencializando o comércio e a economia local
B	O maior ganho com certeza é o desenvolvimento local
C	Fortalecimento do comércio do município
D	Independência e crescimento econômico
E	Os principais ganhos é a oportunidade de negócios e crescimento econômico, tanto para a população quanto para o município.
F	Aumento da produção da pecuária e das lavouras por que existem recursos direcionados para esses segmentos
G	Aumento de possibilidades, valorização do pequeno e desenvolvimento dos negócios
H	Fortalece a economia e ainda ajuda a fortalecer as empresas, mantendo os empregos.
I	Circulação maior de recursos dentro no município
J	O desenvolvimento local, gerando mais oportunidades de emprego e renda.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com relação aos ganhos do município com a implantação do microcrédito pelo Sicredi Cerrado o quadro 7 apresenta através dos respondentes A, B, C, D, E, G, H e I que o principal deles é o desenvolvimento local por meio das possibilidades que microcrédito oferece a população favorecendo o crescimento individual e coletivo. O fortalecimento do comércio é o cerne desta questão, pois Arenópolis é um município pequeno, nesse contexto uma Instituição financeira que estimule o desenvolvimento do comércio local para que atenda às necessidades da população com eficiência faz toda diferença. Para estes respondentes o grande resultado disso tudo é a circulação dos recursos dentro do próprio município.

O respondente F foi além e deu ênfase ao aumento da produção de pecuária que de acordo com a pesquisa é a principal atividade do município e também das lavouras através de recursos direcionados para este segmento. Porém a fala do respondente F vai ao encontro das falas dos outros respondentes, uma vez que fortalecendo a pecuária e lavouras, o resultado final será o desenvolvimento do município como um todo.

Pesquisas anteriores confirmam que se o microcrédito for bem aplicado, realmente opera como um instrumento benéfico para o seu crescimento, uma vez que contribui para a

melhoria da renda das pessoas e da condição de vida de seus tomadores de crédito (NERI, 2008). Nesse sentido, surge a importância da relação de parceria entre Cooperativa e associado, pois ela atua como orientadora principalmente dos microempreendedores sobre como e onde aplicar o crédito, além de dar dicas sobre a administração do negócio, como implementar estratégias de planejamento, organização, direção e controle Ramezanali e Assadi (2018).

5.2 Contexto das motivações para a busca do microcrédito através do cooperativismo

Quadro 8 - Qual é a principal atividade econômica do município de Arenópolis?

Entrevistados	Respostas
A	Pecuária leiteira e corte
B	Pecuária
C	Pecuária
D	Pecuária
E	Pecuária
F	Pecuária
G	Pecuária
H	Pecuária
I	Pecuária
J	Pecuária

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Como demonstra o quadro 8 a partir das falas de todos os respondentes, a principal atividade do município de Arenópolis é a Pecuária.

Essas respostas se devem ao fato de que a cidade conta com 5 laticínios responsáveis por absorver todo o leite produzido no município.

Quadro 9 - Quais os principais hábitos e costumes da população Arenopolina?

Entrevistados	Respostas
A	Participar da Festa em honra ao padroeiro São Pedro, Exposição Agropecuária, festejo em comemoração ao aniversário da cidade em 14 de maio, rezas e folias na zona rural, comidas típicas se Goiás como a pamonha, cural, entre outros.
B	Participar dos eventos de leilões, eventos comunitários e eventos religiosos.
C	Destacam os eventos culturais como futebol e festas típicas
D	A população Arenopolina tem hábitos e costumes de praticar esportes e atividades físicas.
F	Principal costume é participar da Pecuária
G	A população possui hábitos simples, de negócios fechado na base da confiança, com costumes antigos, onde se considera uma pessoa boa na maioria das vezes pelo histórico familiar
H	O Arenopolino gosta de ir pra fazenda aos fins de semana e para a beira do rio caiaipó.
I	A população tem costume de participar dos Rodeios e cavalgadas
J	Pessoal acolhedor e familiar de hábitos simples como sentar na porta para bater papo e ir para a fazenda nos finais de semana

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O quadro 9 através da fala dos respondentes destaca os principais hábitos e costumes da população de Arenópolis.

Os respondentes A e B destacam que um costume típico da população Arenopolina é participar de eventos religiosos como a festa do Padroeiro São Pedro, além das rezas e folias na zona rural. O respondente A segue dizendo que alguns pratos à base de milho, como pamonha e curral fazem parte dos hábitos desta população, e o respondente B destaca os leilões como um atrativo costumeiro da população local.

O respondente A continua o seu posicionamento sobre os hábitos e costumes da população de Arenópolis juntando-se aos respondentes C, F e I que também destacam os eventos típicos, inclusive a festa da pecuária.

Já o respondente D diz que os Arenopolinos possuem hábito de praticar esportes, isso demonstra que é uma população preocupada também com a saúde e o bem estar.

O respondente G diz que a população de Arenópolis possui hábitos simples, de negócios fechado na base da confiança, com costumes antigos, onde se considera se uma pessoa é boa ou não, na maioria das vezes pelo histórico familiar.

Por fim, os respondentes H e J reforçam os hábitos simples dos Arenopolinos de passar os finais de semana nas fazendas da região ou no rio caiapó, além de sentar-se à porta para conversar com os amigos.

Quadro 10 - Que motivos levariam o público de Arenópolis a optar pelo cooperativismo de crédito e não pelos bancos tradicionais?

Entrevistados	Respostas
A	Maior facilidade de acesso, valorização do relacionamento com os associados, sem distinção no tratamento dos mesmos, todos são donos, o resultado obtido na cooperativa fica inserido na própria comunidade!
B	Por ser a única instituição da comunidade e pelo modelo agregador de renda, valorizando o desenvolvimento local.
C	Primeiro pelos princípios do cooperativismo e também pela falta de interesse das instituições financeiras tradicionais.
D	Promovem desenvolvimento econômico e traz oportunidade com taxas reduzidas para os cooperados
E	A atenção que os funcionários têm com a população, além das oportunidades de negócios e soluções adequadas às necessidades da população.
F	A parceria que a cooperativa tem com o produtor
G	O Sicredi mostra a cada dia que é uma cooperativa para todos e não apenas para os fazendeiros como muitos pensam
H	Somos uma cidade pequena com menos de 3 mil habitantes, o Sicredi é uma cooperativa que acolhe o cidadão de todas as classes sociais
I	Forma de atender o dono do negócio, ou seja, os associados
J	Além bom atendimento igual para todos, a cooperativa está sempre envolvida com a comunidade apoiando ações e contribuindo com o desenvolvimento local.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quanto aos motivos que levariam o público de Arenópolis a optar pelo cooperativismo de crédito e não pelos bancos tradicionais, o respondente A destaca a maior facilidade de acesso ao crédito e junta-se aos respondentes E, F, G, H, I e J abordando a relação acolhedora e respeitosa da cooperativa com o seu público, independente de classe social e segmento em que atua. Os posicionamentos destes respondentes encontram-se com a missão da Instituição que apresenta uma preocupação não apenas com o lucro financeiro, mas com a responsabilidade social por meio de ações que contribuam efetivamente para o desenvolvimento da população local.

O respondente B diz que o fato de ser a única instituição financeira do município e possuir um modelo de negócio que agrega renda e valoriza o desenvolvimento local levam a população a optar pelo cooperativismo.

O respondente C reforça que o modelo de negócio apresentado pelo cooperativismo é um fator relevante na escolha, além da falta de interesse das instituições tradicionais em atender aquele público.

O respondente J destaca que o envolvimento da Cooperativa no apoio às ações desenvolvidas na comunidade reforça a sua preocupação com as questões sociais tornando-a mais próxima da população e fazendo a diferença no processo de escolha de uma Instituição financeira.

As falas dos respondentes confirmam a afirmação de Silveira (2015), que destaca a relação de confiança entre a Cooperativa e seus associados. Ele segue dizendo que os bancos tradicionais dão prioridade para empresas maiores, acreditando na maior capacidade de pagamento, devido ao fato de possuírem demonstrações financeiras auditadas, pontuações de créditos e histórico de pagamentos anteriores. Enquanto as microempresas, embora representem a maior clientela de crédito, ainda enfrentam dificuldades em sentir-se acolhidas pelos bancos tradicionais, principalmente pela ausência de informações sobre a capacidade de pagamento ou comprovação de renda.

Nesse sentido a forma como a Cooperativa conduz os processos de negociações, tratando as pessoas com equidade, independente do porte da empresa ou classe social, torna-se um diferencial para a população Arenopolina, que vê as suas necessidades atendidas através do cooperativismo Banerjee (2013) e Ramezanali e Assadi (2018). Isso reforça a importância de oferecer treinamento constante para os colaboradores da agência, uma vez que a comunidade leva muito em consideração a forma como é tratada por eles.

5.3 Contexto dos entraves para implementação do Microcrédito através do Cooperativismo

Quadro 11 - Em Arenópolis existe outra Instituição Financeira além do Sicredi Cerrado?

Entrevistados	Respostas
A	Não
B	Não
C	Não
D	Não
E	Não
F	Não
G	Não
H	Não
I	Não
J	Não

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como demonstra o quadro 11 A Cooperativa Sicredi é a única Instituição financeira de Arenópolis

Quadro 12 - O cidadão Arenopolino utiliza serviços bancários? Se sim, quais os principais serviços procurados por ele?

Entrevistados	Respostas
A	Sim. Conta corrente, cartões, empréstimos, crédito rural, conta poupança, seguros diversos, etc
B	Sim. Crédito pessoal, créditos rurais, financiamentos e investimentos
C	Sim, cheque, cartão, empréstimo
D	Sim. Crédito e serviços financeiros
E	Sim. Os principais são: Saques, transferências de recursos, pagamentos e depósitos.
F	Sim. Está sempre buscando parceria para empréstimo consignado ao qual possa aplicar.
G	Sim. Créditos seguros, consórcio, poupança, caixas eletrônicos
H	Sim. Operações de crédito, pagamentos e saques.
I	Sim. Cartão de crédito e crédito comercial
J	Sim. Os principais são produtos como crédito, cartão de crédito, seguro de vida, consórcio, etc.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Foi perguntado se o cidadão Arenopolino utiliza serviços bancários e quais os mais procurados por ele. Para este item o serviço de crédito foi unanimidade entre os respondentes como o mais procurado. Seguindo de cartões como afirmam os respondentes A, C, I, e J, além de transações rotineiras como saques, depósitos, pagamentos, como afirmam os respondentes A, C, D, E, G e H.

Os respondentes A, B, G e J acreditam que dentre os serviços mais procurados pelo cidadão Arenopolino constam também os seguros e consórcios.

Quadro 13 - Quais os principais entraves para a implantação do Microcrédito através do cooperativismo no município de Arenópolis?

Entrevistados	Respostas
A	Não vejo entraves, desde que o associado atenda as formalísticas para concessão do crédito.
B	Falta de conhecimento do associado sobre as vantagens do cooperativismo
C	O principal entrave seria o fato de ser uma modalidade nova de crédito e seria necessário apresentar aos associados, muitos optam pelo que já conhecem por serem tradicionais.
D	Não vejo entraves, creio que será algo bem-vindo
E	Taxas variáveis
F	Aceitação ao novo não é o forte dos Arenópolis, porém como a cooperativa já está no coração de cada um logo entenderá que a mesma só tem a oferecer o melhor pra nossa comunidade :)
G	A falta de interesse da própria população, muitas vezes a pessoa não quer fazer o investimento do dinheiro para abrir a sua conta, pois não quer ter gastos.
H	Restrição no CPF, capacidade de pagamento, comprovação de renda
I	Restrição no nome;
J	Dificuldade para comprovar renda

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ao se tratar dos principais entraves para a implantação do Microcrédito através do cooperativismo no município de Arenópolis os respondentes A e D não acreditam existir entraves para este processo.

Os respondentes B, C e F abordam a falta de conhecimento do cidadão sobre o cooperativismo, pois para muitos, ainda é uma modalidade nova de crédito. Inclusive o respondente F destaca a resistência ao novo como um entrave, embora a cooperativa já esteja instalada na cidade e no coração da população, alguns ainda não entenderam o seu real objetivo.

O respondente E disse que a alta variação das taxas de juros gera insegurança ao buscar o crédito e receio por pensar que pode não conseguir honrar com o compromisso.

O respondente G disse que a falta de interesse faz com que as pessoas não busquem a cooperativa de crédito, isso porque não querem ter gastos com a abertura de contas, então preferem deixar de investir.

Os respondentes H e I disseram que o principal entrave é a possibilidade do tomador estar com restrição no nome. O respondente H junta-se ainda ao respondente J dizendo que a dificuldade para comprovar renda também é um grande entrave.

Como apresentado por BRASIL (2018), embora o público-alvo das Cooperativas seja composto por empreendedores, ainda assim existem dificuldades no sistema de concessão de crédito devido principalmente à falta de informações e conhecimento sobre o cooperativismo, reafirmando o que disseram os respondentes B, C e F.

Pesquisas anteriores reforçam que a dificuldade de comprovação de renda ou garantia patrimonial se torna um entrave para o acesso ao microcrédito, uma vez que muitas pessoas desenvolvem atividades produtivas diversificadas e em uma escala reduzida e realmente não conseguem comprovar a capacidade de pagamento como afirmam os respondentes H e J (FREITAS, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possui como objetivo geral, identificar os desafios enfrentados pela Sicredi Cerrado para a implantação do Microcrédito através do Cooperativismo no município goiano de Arenópolis.

Com relação ao primeiro objetivo específico, observa-se que o Município de Arenópolis teria ganhos significativos com a implantação do Microcrédito através do Cooperativismo e o maior deles é o desenvolvimento local por meio das possibilidades que o microcrédito oferece a população favorecendo o crescimento individual e coletivo. Através dele existiria um fortalecimento do comércio e consequentemente da economia local. Isto estimularia o giro do capital dentro do próprio município.

Quanto ao segundo objetivo específico, conclui-se que a relação acolhedora e respeitosa da cooperativa com o seu público independente de classe social e segmento em que atua, é um dos motivos que levariam a população de Arenópolis a buscar o Cooperativismo. Isto vem ao encontro de sua missão que diferentemente dos bancos tradicionais, não se preocupam apenas com o lucro financeiro, mas também com a responsabilidade social.

Respondendo ao terceiro objetivo específico, compreende-se que o cidadão Arenopolino utiliza serviços bancários, possui cartões, realiza transações como saques, transferências, depósitos, pagamentos e faz empréstimos. Porém, alguns entraves para a implantação do Microcrédito no Município acontecem devido à falta de informação sobre o que ele é de fato. A falta de conhecimento torna-se um obstáculo, pois para muitos ainda é uma modalidade recente de crédito. Esta ausência de conhecimento acontece por diversos motivos, um deles é a própria resistência ao novo que dificulta a busca por informações sobre os reais objetivos da Cooperativa, além da falta de interesse de algumas pessoas que não querem ter gastos com abertura de contas, então deixam de investir.

Um outro entrave significativo em relação a implantação do Microcrédito no município de Arenópolis está direcionado ao grupo de pessoas que possui algum tipo de restrição no nome. Isto se torna um obstáculo para o acesso ao crédito. Além disso, a dificuldade que a população mais carente enfrenta para comprovar a renda, uma vez que produzem em pequena escala e de maneira autônoma, em muitos casos, ainda na informalidade. Diante disso, esta população até conhece o programa, demonstra interesse em buscá-lo, mas devido a estes fatores limitadores é impedida de ter acesso a ele.

Finalmente, quanto ao objetivo geral, entende-se que o principal desafio para a implantação do Microcrédito através do Cooperativismo em Arenópolis está na falta de

informação por parte da população. Esta ausência de conhecimento sobre o que é o cooperativismo e qual o seu real objetivo, representa uma barreira entre a Cooperativa e o público.

Quanto o fator restrição, como impeditivo, este é um critério comum adotado pelas Instituições financeiras para o acesso ao crédito. Porém um desafio para a Cooperativa está relacionado a dificuldade encontrada pela população em comprovar renda. Este público específico conhece o programa, demonstra interesse em buscar uma linha de crédito, mas a liberação esbarra na ausência de comprovação de renda.

O histórico do Cooperativismo apresentado neste estudo apresenta o seu crescimento no Brasil, dando ênfase aos pequenos municípios, onde os bancos tradicionais não possuem interesse em se instalarem. Através do Microcrédito, as Cooperativas contribuem para a promoção do emprego e renda, impulsionando o desenvolvimento local e melhorando a qualidade de vida.

Como fator limitador da pesquisa destaca-se a dificuldade de disponibilidade e acesso por parte dos respondentes.

Como sugestão para estudos futuros, acredita-se que aplicar a presente pesquisa a outros municípios goianos que tenham agência da Sicredi proporcionará condições para a realização de uma análise comparativa entre os desafios enfrentados por cada uma delas para a implantação do Microcrédito. Isso dará embasamento para que a Instituição planeje ações direcionadas a realidade do contexto local. No âmbito acadêmico, sugere-se mais estudos e discussões sobre os benefícios do Microcrédito através do Cooperativismo, como forma de fortalecer o tema e enriquecer o processo de ensino aprendizagem, uma vez que trata-se de um assunto relevante e atual.

REFERÊNCIAS

AGHION, B. A.; MORDUCH & MORDUCH, J. **The economics of microfinance**. Massachusetts, EUA: The MIT Press, 2010.

AL-AZZAM, M. R.; CARTER, H.; SUDIPTA, S. Repayment Performance in Group Lending: Evidence from Jordan. **Journal of Development Economics**. v. 97, p. 404-414. 2012.

ALESINA, A.; RODRICK, D. Distributive policies and economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, v. 109, p. 465-90, 1994.

AMSTAD, T. **Memórias Autobiográficas**. São Leopoldo: UNISINOS. 1981.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do sistema nacional de crédito cooperativo**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/panorama_de_cooperativas2017.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, 2011.

BANERJEE, A. V. Microcredit Under the Microscope: what have we learned in the past two decades, and what do we need to know? **Annual Review Of Economics**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 487-519, 2 ago. 2013. Annual Reviews. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1146/annureveconomics-082912-110220>. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-economics-082912-110220>. Acesso em: 24 mar. 2022.

BASSAN, Dilani Silveira; BECK, Marília. O papel do microcrédito para os empreendedores no município de Taquara. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 24, n. 38/39, p.33-50, 2 ago. 2016. Semestral. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v24i38/39.3273>.

BASTOS FILHO, R. A.; PIMENTA, F. G. G.; CUNHA, W. A. D.; SILVA, E. A. Políticas Públicas de acesso ao microcrédito: cartão C3 como alternativa de combate à desigualdade social no município de Viçosa-MG. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 2, n. 2, 2016.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Trad. Orientada por Maria Teresa Estrela e Albano Estrela. Porto: Porto Editora, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 22.239 de 19 de Dezembro de 1932**. (Revogado). Reforma as disposições do decreto legislativo n. 1.637. De 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. Brasília, DF, 1932. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005**. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Microcrédito para o público do Cadastro Único: uma análise prospectiva. Caderno de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, DF, n. 32, p. 27, 2018.

BRASIL. **Ministério da Cidadania**. Avaliação de Implementação da Política de Microcrédito Produtivo Orientado – Relatório Final. Brasília, 2019. Disponível em [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_212 .pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_212.pdf). Acesso em: 24 mar. 2022.

BRASIL. **Série Cidadania Financeira**: Estudos sobre educação, proteção e inclusão: Panorama do Microcrédito. Edição nº 1 – Julho de 2015. Brasília, DF. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/SerieCidadania_1panorama_micro.pdf. Acesso em: 20 de set. 2021.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CMN - Conselho Monetário Nacional. **Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4434>. Acesso em: 20 set. 2021.

COSTA, E. G. **Governança cooperativa: conflitos de agência em cooperativas de crédito de Belo Horizonte**. 2015. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Faculdade Novos Horizontes. Universidade Salvador, Salvador BA, 2015.

CRESWELL, J. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 2014.

DAVIS, K. Can credit unions survive in Australia? **Agenda**, v. 4, n. 3 p. 317-327, 1997.

EACB - Associação Europeia dos Bancos Cooperativos. **Dispõe sobre os indicadores chaves de desempenho para o cooperativismo no ano de 2017**. 2018. Disponível em: <http://www.eacb.coop/en/news/eacb-news/eacb-annual-report-2018-is-out.html>. Acesso em: 23 set. 2021.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FACHINI, C. **Sustentabilidade Financeira e custos de transação em uma organização de microcrédito no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba. 2005.

FERREIRA, M. A. M.; GONÇALVES, R. M. L.; BRAGA, M. J. Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). **Economia Aplicada**, v. 11, n. 3, p. 425–445, 2007.

FGCOOP - FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **Relatório do sistema nacional de crédito cooperativo 2020**. Relatório, dez, 2020. Disponível em:

[https://www.fgcoop.coop.br/api/Content/Getfile?fileRef=/site-externo/Lists/normaspublicacoes/Attachments/308/Relat%C3%B3rio%20de%20Censo%20-%20Junho%202021\(1\).pdf](https://www.fgcoop.coop.br/api/Content/Getfile?fileRef=/site-externo/Lists/normaspublicacoes/Attachments/308/Relat%C3%B3rio%20de%20Censo%20-%20Junho%202021(1).pdf) Acesso em: 23 set. 2021.

FREITAS, A. F. Organizações de microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. **Revista de Administração da Ufsm**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.39-54, 12 abr. 2013. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/198346593826>. Acesso em: 24 mar. 2022.

FUZINATTO, N. M.; CASSOL, F. E.; BATISTA, C.; BERNARDY, R. J. Os impactos do cooperativismo de produção no desenvolvimento de pequenos municípios, **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**. v. 13, n. 35, Maio/Agosto 2019. Disponível em: <https://ges.emnuvens.com.br/gestaoesociedade/article/view/2551/1417>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GALLICHIO, E. Empoderamento: teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina. In: MORAES, C. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7ª Edição – São Paulo. Atlas. 2019.

GLASS, J. C.; MCKILLOP, D. G.; RASARATNAM, S. Irish credit unions: investigating performance determinants and the opportunity cost of regulatory compliance. **Journal of Banking & Finance**, v. 34, n. 1, p. 67–76, 2010.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Alínea, 2005.

HUSCHER, P. F. **Modelo de rating para avaliação de cooperativas de crédito**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão de Cooperativas) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

ICA - International Co-operative Alliance. **General Assemblye 2015**. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/2015-general-assemblye>. Acesso em: 20 set. 2021.

INSTITUTO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Guia das melhores práticas de governança para cooperativas**. São Paulo: IBGC, 2015.

LUTERO, M. Sobre a Usura. In: **Obras Selecionadas**. v. 5. São Leopoldo – Porto Alegre: SinodalConcórdia, 1995, p. 399-428.

MACDONALD, S. B.; GASTMANN, A. L. **A History of Credit and Power in the Western World**. New Jersey: Transactions Publisher, 2004.

MAGDALON, W. P.; FUNCHAL, B. O efeito do Microcrédito Produtivo Orientado No Brasil: Incentivo A Inadimplência? BASE – **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 13, n. 3, p. 294-308, 2016.

MARQUES, M. F. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado: Uma análise dos resultados e alcance da política**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Maranhão, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2016.

MARTÍNEZ-CAMPILLO, A.; FERNÁNDEZ-SANTOS, Y.; SIERRA-FERNÁNDEZ, M.; DEL P. How well have social economy financial institutions performed during the crisis period? Exploring financial and social efficiency in Spanish credit unions. **Journal of Business Ethics**, v. 151, n. 2, p. 319–336, 2018.

MEINEN, Ê.; PORT, M. **Cooperativismo Financeiro: Percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Editora Confedbras, 2014.

MEINEN, E. Cooperativismo financeiro: problemas e desafios comuns ao setor na América Latina. **Portal do Cooperativismo Financeiro**, 2014. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/2014/10/cooperativismo-financeiro-problemas-e-desafios-comuns-ao-setor-na-america-latina-por-enio-meinen/>. Acesso em: 21 set. 2021.

MERRIAM, S. B. Qualitative research and case study applications in education. São Francisco (CA): Jossey-Bass, 1998.

MORDUCH, J. The microfinance promise. **Journal of Economic Literature**, v. 37, n. 4, p. 1569-1614, 1999.

MOTA, W. L.; SANTANA, J. R. O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no Nordeste: uma avaliação a partir do programa Crediamigo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 1, p. 25-48, jan./mar. 2011.

MOURA, S. A gestão do desenvolvimento local estratégias e possibilidades de financiamento. **Organizações & Sociedade**, v. 5, n. 12, p. 37-57, 1998.

MOURÃO, G. N. O modelo original de microcrédito e sua versão brasileira: o que deu errado? **Revista FAE**, v. 22, n. 1, p. 35-50, jan./jun.2019.

NERI, Marcelo (Org.). **Microcrédito: O mistério nordestino e o grameen brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NERI, M. C.; MEDRADO, A. L. Experimentando o Microcrédito: Uma Análise de Impacto do Crediamigo no Acesso a Crédito. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 41, p. 133-150, 2010.

NUNES, Karinne Siqueira. **Microcrédito como instrumento de combate à pobreza: abordagens teóricas sobre microcrédito e sua relação com a pobreza**. 2017. 75 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Brasil Cooperativo: história do cooperativismo**. 2019. Disponível em: www.somoscooperativismo.coop.br/historia-do-cooperativismo. Acesso em: 20 set. 2021.

OLIVEIRA B. B. Políticas de microcrédito produtivo e a busca pelo desenvolvimento nacional. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 19-32, jan./jun 2019.

ORDANINI, A.; MICELI, L.; PIZZETTI, M.; PARASURAMAN, A. Crowd - funding: Transforming customers into investors through innovative service platforms. **Journal of Service Management**, v. 22, n. 1, p. 443 –470, 2011.

PAGNUSSATT, A. **Guia do Cooperativismo de Crédito** – organização governança e políticas corporativas – Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004.

PEREIRA, J. A.; SOUZA, L. H. de. Empreendedorismo e microcrédito produtivo orientado: um estudo sobre o programa crescer. **Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 18, p.119-139, jan. 2017. Continuada. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb>. Acesso em: 15 set. 2021.

PEROTTI, R. Income distribution, politics and growth. **American Economic Review**, v. 82, p. 311-16, 1992.

PERSSON, T.; TABELLINI, G. Is inequality harmful for growth? Theory and evidence, **American Economic Review**, Nashville, v. 84. p. 600-621. 1994.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil**. Banco Central do Brasil. ISBN: 6. ed. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

PINHO, D. B. (Org.). **Tipologia cooperativista**. Manual de cooperativismo. v. 4. São Paulo, CNPq. p. 345. 1984.

PINHO, D. B. **O cooperativismo de crédito no Brasil**. São Paulo: Confedbrás, 2004.

PINHO, D. B.; PALHARES, V. M. A. **O cooperativismo de crédito no Brasil: do século XX ao século XXI**. Santo André: Editora Confedbras, 2004.

POLIT, F. D.; HUNGLER, P. B. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

POWER, C.; O’CONNOR, R.; MCCARTHY, O.; WARD, M. Merging into the mainstream? An empirically based discussion of the potential erosion of competitive advantage in a restructured Irish credit union movement. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 2, p. 55-64, 2014.

RAMEZANALI, M.; ASSADI, D. Does Microfinance Reduce Poverty? The Case of Brazil. *International Journal Of Trade, Economics And Finance*, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 60-65, abr. 2018. **EJournal Publishing**. <http://dx.doi.org/10.18178/ijtef.2018.9.2.589>. Disponível em: <http://www.ijtef.org/index.php?m=content&c=index&a=show&catid=91&id=932>. Acesso em: 24 mar. 2022.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. de J. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos de crédito bancário**. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

ROODMAN, D.; MORDUCH, J. The impact of microcredit on the poor in Bangla-desh: Revisiting the evidence. **Journal of Development Studies**, v. 50, n. 4, p. 583-604, 2014. doi:10.1080/00220388.2013.858122

ROSTIROLLA, M. K.; ANGNES J. S. **A participação das cooperativas de crédito no sistema financeiro nacional**. Belo Horizonte: Universidade Unicentro, 2016.

SANTOS, C. A. **Cooperativa de crédito**. Série empreendimentos coletivos. p. 45. Brasília: Sebrae, 2009.

SCHRAMM, W. **Notes on case studies of instructional media projects**. California: Stanford University, 1971. (Working paper, 092145). Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED092145.pdf> Acesso em: 21 fev. 2022.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de crédito**: instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SCHUMPETER, J. A. **History of Economic Analysis**. Londres: Routledge, 1997a.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997b.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Como agir de maneira empreendedora**. Brasília: 2018.

SEBRAE. Serviços Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Saiba Tudo sobre o Microempreendedor Individual (MEI)**. Disponível em: São Paulo: 2019. Disponível em: <https://vitrine.sebraego.com.br/?s=mei>. Acesso em 23 set. 2021

SEBRAE, **Perfil do MEI**, 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-microempreendedor-individual/#rendafamiliar>, 2020. Acesso em: 15 set. 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, M. G. **Evolução da estrutura de microcrédito no Brasil: uma análise sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado**. Curitiba: UFPR, 2015.

SOUZA, R. de C. Difusão da inovação e das redes interorganizacionais no agronegócio de exportação de frutas in natura. In: AMATO NETO, J. (Org.). **Redes entre organizações: domínio do conhecimento e da eficácia operacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

TOMELIN, M. **O microcrédito no Brasil**. Brasília, 2003. Disponível em: www.saa.unito.it/pdf/alfa/tomelin.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

WHEELOCK, D. C.; WILSON, P. W. The evolution of cost-productivity and efficiency among US credit unions. **Journal of Banking & Finance**, v. 37, n. 1, p. 75-88, 2013.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países. São Paulo: Ática, 2004.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 23-32, jul./ set. 1994.

APÊNDICE 1

Roteiro para entrevista

Esta entrevista faz parte da minha pesquisa de mestrado em Administração pelo Centro Universitário Alves Faria-UNIALFA, visando responder a seguinte pergunta: Quais os desafios enfrentados pela agência Sicredi Cerrado para implantação do microcrédito no município de Arenópolis?

A sua colaboração será fundamental para o atingimento do objetivo geral.

Matriz de amarração

Nº do Objetivo	Tipo de objetivo	Objetivo
01	Geral	Identificar os desafios enfrentados pelo Sicredi Cerrado para a implantação do Microcrédito através do Cooperativismo no município goiano de Arenópolis.
02	Específico	Avaliar os possíveis ganhos do município de e Arenópolis com a implantação do microcrédito através do cooperativismo.
03	Específico	Verificar os motivos que levariam a população de Arenópolis a recorrer ao microcrédito através do cooperativismo.
04	Específico	Levantar os principais entraves para implantação do microcrédito através do cooperativismo no município de Arenópolis.

IDENTIFICAÇÃO DO COLABORADOR		
Nome (opcional): Função:		
CONTEXTO DOS GANHOS DO MUNICÍPIO COM A IMPLANTAÇÃO DO MICROCRÉDITO ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO		
Questão	Objetivo	Referencial Teórico
1- O que o cooperativismo de crédito representa para a população de Arenópolis? 2- Quais os principais critérios para que a população de Arenópolis tenha acesso ao cooperativismo de crédito? 3- Quais os ganhos do município de Arenópolis com a implantação do microcrédito pelo Sicredi Cerrado?	1, 2 e 4	(Glass et al, 2010; Wheeelock; Wilson, 2013). (Amstad, 1981, p196).
CONTEXTO DAS MOTIVAÇÕES PARA A BUSCA DO MICROCRÉDITO ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO		
Questão	Objetivo	Referencial Teórico
4- Qual é a principal atividade econômica do município de Arenópolis? 5- Quais os principais hábitos e costumes da população Arenopolina? 6- Que motivos levariam o público de Arenópolis a optar pelo cooperativismo de crédito e não pelos bancos tradicionais?	3	(Sebrae, 2019) Aghion e Nunes (2017) Morduch (2010)
CONTEXTO DOS ENTRAVES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MICROCRÉDITO ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO		
Questão	Objetivo	Referencial Teórico
7- Em Arenópolis existe outra Instituição Financeira além do Sicredi Cerrado? 8- O cidadão Arenopolino utiliza serviços bancários? Se sim, quais os principais serviços procurados por ele? 9- Quais os principais entraves para a implantação do Microcrédito através do cooperativismo no município de Arenópolis?	4	Morducha (1999), Roodman e Morduch (2014) Aghion e Morduch (2010)

